ReGeo ISSN: 2177-3246

ANÁLISE DO CAPITALISMO BUROCRÁTICO, O IMPERIALISMO E AS FORMAS DE DOMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA NA AMÉRICA LATINA

ANALYSIS OF BUREAUCRATIC CAPITALISM, IMPERIALISM, AND FORMS OF INTERNAL AND EXTERNAL DOMINATION IN LATIN AMERICA

ANÁLISIS DEL CAPITALISMO BUROCRÁTICO, EL IMPERIALISMO Y LAS FORMAS DE DOMINACIÓN INTERNA Y EXTERNA EN AMÉRICA LATINA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n10-012

Data de submissão: 05/09/2026 **Data de publicação:** 05/10/2026

Murilo Charles Malta
Graduando em Direito
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: charlesmalta16@gmail.com

Graziele Malta
Mestre em Educação e Tecnologia
Instituição: Instituto Centro Universitário Vale do Cricaré
E-mail: graziele.malta@edu.anchieta.es.gov.br

Santiago Suñer Romera
Graduando em Direito
Instituição: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
E-mail: romerasuner@gmail.com

Lorenzo Schaffeler de Almeida
Graduando em Direito
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: Lorenzoschaffalmeida@gmail.com

RESUMO
O presente artigo analisa o desenvolvimento do capitalismo latino-americano entre 1980 e os dias atuais à luz da tese do capitalismo burocrático, articulando as categorias de imperialismo, neoliberalismo e semicolonialidade como eixos estruturantes da dependência regional. Com base em ampla revisão bibliográfica, análise historiográfica e levantamento de dados econométricos e estatísticos, examinam-se os casos do Brasil, Paraguai, Venezuela, Argentina e Chile, revelando como a subordinação econômica e política ao imperialismo – primeiramente norte-americano e, mais recentemente, também chinês – consolidou um padrão de modernização conservadora. Aborda-se que as décadas neoliberais (1980-1990) foram marcadas pela hegemonia da burguesia compradora, pelo desmonte produtivo e pela financeirização; já o ciclo desenvolvimentista (2000-2015) expressou a ascensão temporária da burguesia burocrática, associada ao Estado e às estatais, sem romper, contudo, com a dependência externa nem com a concentração fundiária e as formas semifeudais persistentes no campo. A análise dos indicadores de Gini fundiário, fluxos de investimento estrangeiro direto e participação de capitais monopolistas evidencia que, sob diferentes regimes e alianças, o capitalismo latino-americano manteve sua condição burocrático-dependente e semicolonial, oscilando entre neoliberalismo e estatismo sem superar a dominação imperialista. Conclui-se que a via do capitalismo burocrático constitui não apenas um entrave estrutural ao desenvolvimento autônomo, mas também o

eixo explicativo central da permanência das desigualdades e da dependência na América Latina contemporânea.

Palavras-chave: Imperialismo. Capitalismo Burocrático. Neoliberalismo. Semicolonialidade.

ABSTRACT
This article analyzes the development of Latin American capitalism from 1980 to the present in light of the thesis of bureaucratic capitalism, articulating the categories of imperialism, neoliberalism, and semicoloniality as structuring axes of regional dependency. Based on an extensive bibliographic review, historiographical analysis, and collection of econometric and statistical data, it examines the cases of Brazil, Paraguay, Venezuela, Argentina, and Chile, revealing how economic and political subordination to imperialism — initially North American and, more recently, also Chinese — consolidated a pattern of conservative modernization. It argues that the neoliberal decades (1980–1990) were marked by the hegemony of the comprador bourgeoisie, productive dismantling, and financialization; whereas the developmentalist cycle (2000–2015) expressed the temporary rise of the bureaucratic bourgeoisie, associated with the State and state-owned enterprises, without, however, breaking with external dependence or with land concentration and the semifeudal forms persisting in the countryside. The analysis of land Gini coefficients, foreign direct investment flows, and the participation of monopolistic capital shows that, under different regimes and alliances, Latin American capitalism maintained its bureaucratic-dependent and semicolonial character, oscillating between neoliberalism and statism without overcoming imperialist domination. It concludes that the path of bureaucratic capitalism constitutes not only a structural obstacle to autonomous development but also the central explanatory axis of the persistence of inequality and dependency in contemporary Latin America.

Keywords: Imperialism. Bureaucratic Capitalism. Neoliberalism. Semicoloniality.

RESUMEN
Este artículo analiza el desarrollo del capitalismo latinoamericano entre 1980 y la actualidad a la luz de la tesis del capitalismo burocrático, articulando las categorías de imperialismo, neoliberalismo y semicolonialismo como ejes estructurantes de la dependencia regional. A partir de una amplia revisión bibliográfica, un análisis historiográfico y la recopilación de datos econométricos y estadísticos, se examinan los casos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Argentina y Chile, revelando cómo la subordinación económica y política al imperialismo —primero norteamericano y, más recientemente, también chino— consolidó un patrón de modernización conservadora. Se argumenta que las décadas neoliberales (1980-1990) estuvieron marcadas por la hegemonía de la burguesía compradora, el desmantelamiento de las actividades productivas y la financiarización. El ciclo de desarrollo (2000-2015) reflejó el auge transitorio de la burguesía burocrática, vinculada al Estado y a las empresas estatales, sin que ello supusiera una ruptura con la dependencia externa ni con la concentración de tierras y las persistentes formas semifeudales en el campo. El análisis de los indicadores de Gini de la tierra, los flujos de inversión extranjera directa y la participación del capital monopolista muestra que, bajo diferentes regímenes y alianzas, el capitalismo latinoamericano mantuvo su condición burocrática-dependiente y semicolonial, oscilando entre el neoliberalismo y el estatismo sin superar la dominación imperialista. Se concluye que la trayectoria del capitalismo burocrático constituye no solo un obstáculo estructural para el desarrollo autónomo, sino también el eje explicativo central de la persistencia de las desigualdades y la dependencia en la América Latina contemporánea.

Palabras clave: Imperialismo. Capitalismo Burocrático. Neoliberalismo. Semicolonialismo.

1 INTRODUÇÃO

A análise da estrutura socioeconômica da América Latina, notadamente a partir da década de 1980 até o presente, exige a articulação de categorias que elucidam a natureza da dominação externa e as particularidades do desenvolvimento capitalista nos países oprimidos. O presente artigo propõe-se a examinar o Imperialismo, o Capitalismo Burocrático e o Neoliberalismo como fenômenos interconectados que moldaram a trajetória de nações da América Latina como Brasil, Paraguai, Venezuela, Chile e Argentina.

Para começar deve-se delimitar de forma mais geral sobre esses conceitos, seguindo a clássica lógica de exposição marxista de partir do abstrato ao concreto, fazendo um "corte" da realidade total para compreender melhor suas dinâmicas e contradições internas até a sua forma concreta e relacionada a realidade total dos fenômenos. Começando pela categoria de Imperialismo, tem-se já como definição clássica e resumida como o Estágio Monopolista do Capitalismo, onde, segundo Lênin, pode-se observar cinco características principais:

> 1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes países capitalistas.[1]

Para a seguinte análise tem-se também grande importância na conceitualização de Dependência e Semicolonialidade, onde, segundo o mesmo autor, "O capital financeiro é uma força tão grande, pode se dizer, tão decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e de fato subordina, mesmo os Estados que contam com uma independência política mais completa"[2], ou seja, o capital financeiro, baseado no monopólio e exportação para os países menos desenvolvidos, passa a exercer domínio do mercado desses mesmos países, já que, diferente das grandes potências imperialistas, não costumam ter intervenções protecionistas para manutenção e fomento da economia nacional frente ao mercado interno, ou, quando o fazem, passam a ser atacados pelos grandes monopólios de mídia, que são ferramenta de propaganda da agenda imperialista no país por pertencerem a fração compradora da grande burguesia – termo que será melhor abordado mais à frente

[1] LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 114.
[2] Ibid. p. 107.

– segundo essa análise. Em suma, os autores chegam na conclusão de que, na divisão internacional do trabalho, os países ditos "subdesenvolvidos" ou "emergentes" são relegados a um papel secundário na produção, tendo grande parte de sua economia dominada por capital extrangeiro, desempenhando assim papel costumeiramente primário exportador, tendo gigantescos montantes de riquezas extraídas pelas potências imperialistas pela troca desigual. Estudos apontam que o total de valor drenado do Sul Global (incluindo a América Latina) por meio da troca desigual, entre 1960 e 2017, foi de $62 trilhões em dólares constantes de 2011[3].

Outra questão que é de suma importância de se delimitar é o conceito de Capitalismo Burocrático, formulação que nasceu originalmente de Mao Tsé-Tung em sua análise da formação capitalista na China[4], mas que foi resgatado como categoria universal de desenvolvimento do capitalismo nos países dominados pelo imperialismo pelo Partido Comunista do Peru, e sendo balizado como formulação teórica por pensadores como David Humani Pumacahua[5] e Fausto Arruda[6].

Esta formulação advém de uma atualização da análise de formas de desenvolvimento capitalista originalmente delimitadas por Lenin, onde se observavam duas formas de implementação do capitalismo nos países da Europa e América do Norte, onde-se tinha tanto a via Prussiana – via também conhecida como Reformista, onde as antigas classes de senhores de terras (latifundiários) se uniam aos burgueses e se tinha uma superação dos séquitos feudais de forma prolongada e devagar, sem embate entre essas classes e portanto, sem garantia de acesso a terra e formas de produção ao proletariado urbano e campesinato pobre –, quanto a via Norte Americana – via também conhecida como Revolucionária, onde a burguesia, proletariado e campesinato pobre se uniam contra as antigas classes de senhores de terras por meio de uma revolução, e assim passavam a destituir os séquitos feudais, e faziam a partilha da terra aos camponeses e davam liberdade a propriedade privada se desenvolver sem entraves, assim sendo característico um desenvolvimento das forças produtivas de forma acelerada. Mao atualizou essa formulação ao observar que nos países semicoloniais, tinha-se uma terceira via de desenvolvimento do capitalismo, em que, na era do imperialismo, não mais a burguesia nacional se unia aos grandes senhores de terras para desenvolver as forças produtivas, mas, agora, o capital financeiro imperialista exercia esse papel, sendo responsável por grande parte da infraestrutura de produção e transporte desses países. A "burguesia nacional", segundo essa análise, não se formara mais

[3] HICKEL, Jason; SULLIVAN, Dylan; ZOOMKAWALA, Huzaifa. Plunder in the Post-Colonial Era: Quantifying Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1960–2018. New Political Economy, v. 26, n. 6, p. 1030-1047, 2021.
[4]MAO, Tsé-Tung. Sobre a Democracia Nova. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/democracia.htm. Acesso em: 04 out. 2025.
[5] HUMANI PUMACAHUA, David. El capitalismo burocrático: hacia una morfología del atrasado. Bubok, 2010.
[6] ARRUDA, Fausto. Getúlio ou a consolidação do capitalismo burocrático no Brasil (Parte I-VI). A Nova Democracia, jul./out. 2015. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/getulio-ou-a-consolidacao-do-capitalismo-burocratico/. Acesso em: 05 out. 2025.

de forma autônoma, mas como resultado desses investimentos exteriores. Estudiosos apontam que, nos países de capitalismo burocrático se observa uma fragmentação entre as camadas da Grande Burguesia, sendo separados em Burguesia Burocrática – com capital atrelado ao Estado, gerindo os grandes monopólios estatais e atuando comumente na área produtiva. Os autores argumentam que mesmo que costumem integrar um arquétipo de `nacional` essa fração é característica por ser subserviente ao imperialismo, seja por exportação barata de produtos industrializados que antes deveriam ser direcionadas ao mercado nacional, seja por sua defesa leniente dos entraves feudais dos países semicoloniais, assim mantendo o caráter primário-exportador geral desses países – e Burguesia Compradora – representa o capital dos grandes proprietários de terras, grandes banqueiros e magnatas que compõem a camada reacionária e exploradora nos países oprimidos. A característica essencial da Burguesia Compradora é a sua subordinação umbilical ao capital estrangeiro. Ela atua como um agente intermediário do imperialismo e do grande capital financeiro internacional dentro dos países dependentes –, ambas as camadas atuam em conluio com o latifúndio e o imperialismo, conservando tanto os entraves feudais que impossibilitam o pleno desenvolvimento das forças produtivas, quanto o domínio semicolonial exercido pelas potências imperialistas, quem tem seus investimentos recebidos "de portas abertas" nesses países.

Para a análise deste artigo é importante ter em conta que, como os autores apontam, por mais que essas duas frações da Grande Burguesia atuem ambas a serviço tanto do latifúndio como do imperialismo, elas possuem ambições distintas, e podem atuar tanto em aliança – como por exemplo no Peru dos anos 90, onde as duas frações da Grande Burguesia se uniram para combater o Partido Comunista do Peru liderado pelo Presidente Gonzalo, que detinha mais da metade do território nacional[7] –, porém seus projetos podem e têm contradições entre si, e com isso se observa uma verdadeira pugna entre as duas frações, onde a depender do momento uma fração se torna hegemônica e depois a outra e vice-versa. Disso se resulta as várias "etapas" do desenvolvimento econômico nacional desses países oprimidos, como por exemplo o Brasil da era Vargas, onde a fração Burocrática da Grande Burguesia exercia sua hegemonia, enquanto nos governos de Collor e FHC se tinha a hegemonia da fração Compradora, essa última sendo aquela etapa do desenvolvimento Brasileiro que pode-se denominar como Neoliberalismo.

Antes de abordar sobre o Neoliberalismo em si, é preciso fazer um pequeno panorama histórico. Historiadores apontam que, na época que existia aquilo que se denominava "guerra fria", existia no

[7] A NOVA DEMOCRACIA. 17 de maio: Trinta anos de Guerra Popular no Peru. Rio de Janeiro: A Nova Democracia, 8 maio 2010. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/17-de-maio-trinta-anos-de-guerra-popular-no-peru/. Acesso em: 04 out. 2025.

mundo a separação entre o bloco socialista – na URSS, China, Indochina, Coreia e demais países da Europa Oriental sob influência desse bloco – e o Bloco capitalista – nos demais países da Europa Ocidental, América do Norte, colonias e semicolonias em África e países dependentes na América Latina todos sob influência dos EUA – e na América Latina, por forte influência do anticomunismo e seu papel como semicolonia dos EUA, tiveram-se diversos golpes e ditaduras financiadas por essa, a denominada Operação Condor[8]. Como diversos historiadores documentaram, um desses golpes financiados foi o dado no Chile, onde nos anos 70, com a tomada de poder do presidente abertamente socialista, Salvador Allende, que preparava uma campanha de reformas de base no Chile, como reforma agrária e desenvolvimento das forças produtivas, porém teve seu projeto interrompido pela repressão Norte Americana, resultando em sua morte no ataque de 11 de setembro de 1973, resultando em um Golpe de Estado, com o poder do estado Chileno passando as mãos de Augusto Pinochet. Este que, com apoio dos EUA, trouxe projeto "inovador" em economia, sendo direcionado pelos chicago-boys[9], tendo-se assim a inauguração do Neoliberalismo no mundo, e com principal foco aqui, na América Latina.

Intelectuais argumentam que os golpes de Estado no Uruguai (1973), na Argentina (1976) e na Bolívia (1980) expressaram a transição histórica da dominação política nas formações de **c**apitalismo burocrático latino-americano para a hegemonia da fração compradora da grande burguesia, subordinada diretamente ao imperialismo. Sob a justificativa de "restaurar a ordem", essas ditaduras destruíram movimentos operários e camponeses, desmontaram os resquícios do Estado desenvolvimentista e abriram as economias nacionais ao capital estrangeiro, privatizando empresas públicas e liberalizando o sistema financeiro. Assim, como aponta o repositório da USP[10], o neoliberalismo nasceu na América Latina como um projeto intrinsecamente autoritário, imposto pela força militar e pela repressão, não como resultado de consenso social, mas como instrumento de reconfiguração do poder de classe – a imposição, pela violência de Estado, da dominação absoluta do capital financeiro estrangeiro e de seus intermediários internos sobre as massas trabalhadoras e o aparato produtivo nacional.

Autores apontam que é preciso se ter em conta que, mesmo quando implementado por formas "democráticas", o neoliberalismo não conseguiu trazer resultados positivos, apenas acentuando a

[8] ZANCHETTA, Carlos. Sponsored Terrorism: The United States and "Operation Condor". Documento disponibilizado em arquivo PDF da Colby College, [s. l.], 2017. Disponível em: https://web.colby.edu/intothearchive/files/2017/12/Zanchetta.pdf. Acesso em: 05 out. 2025

[9] CLARK, Timothy David. Rethinking Chile's 'Chicago Boys': neoliberal technocrats or revolutionary vanguard? Third World Quarterly, v. 38, n. 6, p. 1-16, 2017.

[10] USP. Neoliberalismo. Portal Latinoamericano, Universidade de São Paulo, [s. d.]. Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-neoliberalismo. Acesso em: 05 out. 2025

dominação semicolonial. Argumentam que isso se deu de forma generalizada a partir do período entre 1989 e 1991, com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Ao entenderem que agora não era mais necessário um golpe de estado ou de anticomunismo, chegara-se ao "fim da história". Nesse contexto, os autores apontam que emerge uma ideologia nova, que servia como ferramental prático da dominação e manutenção ideológica da divisão internacional do trabalho, essa ideologia conhecida como Globalização, agora, com o "fim da história" não existe mais separação entre blocos, "o mundo é um só", e agora, aqueles países que desempenhavam papel principal na produção de riquezas tiveram seu domínio assentado, enquanto aqueles que desempenham papel secundário, os países ditos "subdesenvolvidos", foram relegados a serem desde sempre periferias do capitalismo global. Argumenta-se que a separação do trabalho estava muito bem delimitada, principalmente após o Bretton Woods e o Consenso de Washington, o mercado mundial é um só, e a riqueza produzida é apropriada pelo Norte Global por um espécie de "direito natural", "é assim que deve ser", "é o fim da história" como alguns intelectuais marxistas apontam. Como analisa o historiador Nelson Werneck Sodré:

> A palavra de ordem dos chicago-boys, a partir daí, transformando em refrão o conceito de globalização, foi, em primeiro lugar, da supremacia absoluta do mercado, na organização econômica, e a supremacia absoluta das normas do capitalismo, tal como vigoravam nos Estados Unidos. A velha querela entre protecionismo e livre cambismo que, por tanto tempo, ocupou economistas e políticos e que presidiu a polêmica, em nível nacional e em nível internacional, não tinha mais razão de ser. Num mundo só, num mercado só, como poderiam subsistir e ser consideradas normas oriundas de um mundo desaparecido? Agora, o mundo era uma coisa só, uma planície sem eminências, e as regras nele vigentes deveriam, por tudo isso, ser ditadas de um centro único, aquele que, vitorioso na "guerra fria", era herdeiro universal e absoluto do mundo dividido em nações e mercados separados por tarifas alfandegárias. Todos os países deveriam, e rapidamente, abolir, para a troca internacional, todas as restrições à entrada de mercadorias. Quem estava estabelecido em condições de dominação seria, inevitavelmente, beneficiário dessa situação nova, em que os tradicionais exportadores tinham primazia assegurada. E os tradicionais exportadores, com primazia estabelecida, eram justamente aqueles que, instalados há tempos no mercado, desfrutavam nele de condições de domínio.[11]

O autor aborda que é nesse contexto, em meio a delimitação dos "papéis" de cada nação na economia global, que, na América Latina como um todo, se emerge, agora de forma "democrática", o Neoliberalismo, essa doutrina que, como observado anteriormente, é característica pelo domínio da fração compradora da grande burguesia. Tendo tudo isso exposto, cabe a pergunta, o que é Neoliberalismo? Sodré responde a ela abordando que:

> De que se trata, a proposta neoliberal, em suma? Trata-se, em primeiro lugar, de uma drástica redução do Estado como instrumento de gestão política e econômica. […] Em termos de

[11] SODRÉ, Nelson Werneck. A farsa do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. p. 17.

> economia, o Estado deveria ceder todo o espaço ao mito do mercado, com área autônoma e geradora dos remédios indispensáveis à cura dos nossos males. As reformas necessárias surgiriam como consequência natural do "livre jogo de forças" estabelecido pela hegemonia absoluta do mercado.[12]

Portanto, segundo o autor, o Neoliberalismo surgiu nesses países dominados como uma espécie de "reformulação" do liberalismo clássico, com uma roupagem moderna, trazendo promessas de que com a abertura dos mercados aos capitais externos, com a desestatização crescente – pois o Estado seria "ineficiente", seria um "mal gestor" –, os países poderiam passar de países de terceiro mundo a países de primeiro mundo, pois teriam aquilo que as potências tiveram, "livre concorrência", "mão invisível do mercado", etc. traria-se em roupas novas aquilo que se teve na era do capitalismo de livre-concorrência. Porém, autores demonstram que é preciso observar que o mundo mudou, o estágio atual do capitalismo não é mais o de livre-concorrência, mas o monopolista, monopólios esses que nasceram da livre-concorrência, agora os cartéis e trustes internacionais dominam o capital financeiro e destroem mercados nacionais inteiros por meio do dumping – uma estratégia utilizada pelos monopólios imperialistas em que no interior de seu país de origem, o cartel vendo os seus produtos a um preço monopolista elevado, e no estrangeiro coloca-os a um preço baixíssimo, como objetivo de arruinar os concorrentes locais, e assim ampliar ao máximo a própria produção e dominação de mercados ao redor do mundo.

Com tudo isso explicado, deve-se partir de forma mais esmiuçada em cada uma das características do mundo atual, qual o papel da América Latina e como se entrelaçam essas três categorias – Imperialismo, Capitalismo Burocrático e Neoliberalismo – nos dias atuais. A análise se dará do período de 1980 até os dias atuais, trazendo dados e estatísticas que corroboram com as definições qualitativas mencionadas, sobre toda a América Latina, com foco no Brasil, Paraguai, Venezuela, Chile e Argentina.

2 CAPÍTULO 1 - O IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA DE HOJE

O imperialismo contemporâneo, compreendido como o estágio monopolista do capitalismo, manifesta-se na América Latina por meio de uma complexa rede de dominação financeira e política que se aprofundou notavelmente a partir da década de 1980, como apontam diversos estudos. O período subsequente à crise da dívida externa de 1982, caracterizado pela chamada "década perdida" – durante a qual países da região desembolsaram cerca de US$ 108 bilhões no serviço da dívida entre 1982 e

[12] Ibid. pp. 40-1

1985[13] –, inaugurou uma era de reformas neoliberais que abriram os mercados nacionais ao capital financeiro internacional e consolidaram a condição semicolonial dos países. A análise das cinco características essenciais do imperialismo propostas por Lenin – concentração monopolista, capital financeiro, exportação de capital, associações monopolistas internacionais e partilha territorial – revela empiricamente a subordinação estrutural de nações como Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Venezuela.

2.1 CONCENTRAÇÃO MONOPOLISTA E CAPITAL FINANCEIRO (FUSÃO BANCÁRIA E INDUSTRIAL)

A passagem da concorrência para a dominação dos monopólios, que define a essência econômica do imperialismo, foi acelerada pelo processo de privatização e liberalização dos anos 1990 como mostram alguns estudos. O capital se concentra em grandes empresas (ETs) que controlam setores estratégicos, e o papel central do capital financeiro é visível na fusão entre o capital bancário e industrial.

No Brasil, por exemplo, a participação de Empresas Estrangeiras (ETs) no Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 8,6% em 1995 para 14,7% em 2005, impulsionada pela desnacionalização em setores de serviços[14]. A penetração do capital estrangeiro no sistema bancário da América Latina foi dramática no período. No Brasil, a participação estrangeira nos ativos totais do sistema bancário saltou de 7,2% em 1994 para 33,1% em 2000[15], o aumento foi impulsionado pelo PROER e pelas privatizações. Exemplos: Santander (adquiriu Banespa), HSBC (adquiriu Bamerindus), e ABN Amro (adquiriu Banco Real). Mesmo com a forte concorrência dos grandes bancos nacionais (Bradesco, Itaú), os estrangeiros detinham cerca de 1/4 das atividades financeiras em 2009[16]. No Paraguai a participação de bancos estrangeiros no total de ativos do sistema financeiro paraguaio foi de 77,1% em 2000, esse percentual caiu para 58,9% em 2007, mas continuou elevado[17]. Além dos bancos

[13] MONTORO, Franco. *Uma visão global da dívida externa da América Latina: aspectos financeiro, social, ético, jurídico e político*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 27, n. 105, p. 5-18, jan./mar. 1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/175761/000448935.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 out. 2025.

[14] CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos. Santiago do Chile: CEPAL, 2024. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44325/1/S1800255_pt.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

[15] CARVALHO, Carlos Eduardo; VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. Nova Economia, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 395-425, 2009. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/492. Acesso em: 05 out. 2025.

[16] CEPAL. Op. cit.

[17] GALINDO, Arturo J.; IZQUIERDO, Alejandro; ROJAS-SUÁREZ, Liliana. *Financial Integration and Foreign Banks in Latin America: How Do They Impact the Transmission of External Financial Shocks?* Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2010. (IDB Working Paper Series, n. 116). Disponível em:

brasileiros (Banco do Brasil, Itaú), o espanhol BBVA também está presente. O capital estrangeiro aproveita as vantagens locais (mão de obra barata, baixa tributação). No Chile, por volta de 2000, os bancos sob controle estrangeiro detinham aproximadamente 60% dos ativos[18]. O Santander consolidou-se como o maior banco, e o capital espanhol e norte-americano detinham cerca de 85% dos ativos bancários estrangeiros[19]. O Scotiabank (Canadá) e o Citibank (EUA) também têm forte presença. No México, a fatia de ativos bancários controlados por estrangeiros subiu de quase zero para cerca de 82% entre 1995 e 2002[20]. O sistema bancário mexicano foi quase inteiramente comprado após a crise de 1994. O domínio é exercido principalmente por: BBVA (adquiriu Bancomer, o maior banco mexicano), Santander (adquiriu Serfin), Citigroup (adquiriu Banamex), e HSBC (adquiriu Bital). O capital espanhol dominava mais de 50% do mercado de crédito.. Na Argentina, a participação de bancos estrangeiros em ativos saltou de 17% em 1993 para 42% em 1998[21]. A entrada se deu via aquisições de bancos provinciais e privados. Principais bancos: Santander (adquiriu Banco Río) e BBVA (adquiriu Banco Francés). Esses bancos estrangeiros mantiveram sua dominância mesmo após a crise de 2001-2002. Na Venezuela, em meados de 2006, cerca de 33,3% do patrimônio líquido eram referentes a bancos estrangeiros[22]. Apesar do discurso anti-imperialista, os bancos estrangeiros, como o BBVA Provincial e o Banco de Venezuela (até a nacionalização em 2009), controlavam uma porção significativa do setor. Esses bancos lucraram com títulos da dívida pública e arbitragem cambial, caracterizando o rentismo financeiro.

É observado que essa concentração do poder financeiro é tipicamente oligopólica e rentista. rentismo manifesta-se no Brasil por meio de taxas de juros elevadas que favorecem os ganhos financeiros, consolidando uma espécie de ditadura dos credores. Grande parte dos lucros dos bancos, nacionais e estrangeiros, provém de aplicações em títulos da dívida pública (capital improdutivo). Em 2009, por exemplo, os bancos estrangeiros respondiam por aproximadamente 1/4 das atividades financeiras no Brasil[23].

https://www.researchgate.net/publication/259333991_Financial_Integration_and_Foreign_Banks_in_Latin_America_How_do_They_Impact_the_Transmission_of_External_Financial_Shocks. Acesso em: 05 out. 2025.

[18] BITTENCOURT, Gustavo. Políticas hacia el capital extranjero en América Latina 1990-2014. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, Udelar, 2016. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12008/8429. Acesso em: 05 out. 2025.

[19] Ibid.

[20] BARTH, James; PHUMIWASANA, Triphon; YAGO, Glenn. The Foreign Conquest of Latin American Banking: What's Happening and Why? Stanford: Working Paper No. 171, julho 2003. Disponível em: https://kingcenter.stanford.edu/sites/g/files/sbiybj16611/files/media/file/171wp_0.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

[21] PLOTINSKY, Daniel. Una década difícil. Los años 90 y los bancos cooperativos. Centro Cultural de la Cooperación, 14 abr. 2015. Disponível em: https://www.centrocultural.coop/blogs/cooperativismo/2017/07/09/una-decada-dificil-los-anos-90-y-los-bancos-cooperativos. Acesso em: 05 out. 2025.

[22] CRUZ, Diego. Venezuela: um modelo socialista que fortalece o capital financeiro? PSTU, 28 set. 2006. Disponível em: https://www.pstu.org.br/venezuela-um-modelo-socialista-que-fortalece-o-capital-financeiro/. Acesso em: 05 out. 2025.

[23] CEPAL. Op. cit.

Observemos também alguns exemplos da dominação produtiva na América Latina.

Tabela 1

País	Setor Econômico	Exemplos e Dados de Concentração
Brasil	Comércio/Varejo	Três empresas estrangeiras dominam 1/3 do setor de comércio interno: Carrefour, Wal Mart e Pão de Açúcar (adquirida pela francesa Cassinot). Essa concentração demonstra o domínio de forças forâneas sobre um setor vital[24]
Brasil	Tecnologia/Indústria	De 85% a 100% dos componentes de telecomunicações (telefones, celulares) são importados, sendo apenas montados localmente, confirmando a dominação incondicional do imperialismo neste setor. Empresas como Ford e Mercedes-Benz fecharam fábricas no Brasil, transferindo a produção para o exterior, num movimento que acentua a dependência[25]
Brasil	Extrativismo/Mineração	A Vale do Rio Doce (privatizada em 1997) tem capital internacional e, junto com a Petrobras (semiprivatizada), está entre as maiores empresas do país, sendo ambas altamente influenciadas por acionistas estrangeiros
Chile	Mineração	A mineração é o setor de maior atratividade para o capital estrangeiro. Grandes multinacionais como Anglo American e Exxon Minerals (que vendeu a mina Los Bronces para a Anglo American) estiveram envolvidas em vultosas transações e conflitos, confirmando o controle estrangeiro sobre recursos naturais estratégicos[26]
América Latina	Agronegócio	Monopólios internacionais controlam a cadeia de valor agrícola, incluindo sementes (após aquisições como Monsanto pela Bayer), fertilizantes e a exportação de grãos. Grupos como Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus dominam a comercialização agrícola[27]

Fonte: Elaboração própria com base em dados de BARTH, PHUMIWASANA, YAGO (2003), ILAESE (2021), BITTENCOURT (2016), RIPPEL, NUNES (2020).

2.2 EXPORTAÇÃO DE CAPITAL (DRENAGEM DE RIQUEZA)

A exportação de capital, no imperialismo, assume uma importância particularmente grande em relação à exportação de mercadorias, e é o que permite aos países avançados obterem lucros mais elevados em países atrasados, onde os capitais e salários são mais baixos.

O fluxo de capital exportado para países como Brasil, Paraguai, Venezuela e Chile manifesta-se principalmente através do Investimento Estrangeiro Direto (IED) e dos empréstimos internacionais,

[24] BARTH, James. PHUMIWASANA, Triphon; YAGO, Glenn Op. cit.
[25] ILAESE – Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. Anuário da classe trabalhadora 2021. São Paulo: ILAESE, 2021. Disponível em: https://ilaese.org.br. Acesso em: 05 out. 2025.
[26] BITTENCOURT, Gustavo. Op. cit.
[27] RIPPEL, Leomar; NUNES, Sidemar Presotto (orgs.). Imperialismo e questão agrária. Curitiba: Editora Habitus, 2020.

resultando em uma drenagem massiva de valor, em contraste com o antigo método de exploração colonial.

O IED no Brasil, um indicador crucial da penetração imperialista segundo alguns autores, teve um crescimento exponencial no período neoliberal, especialmente na segunda metade dos anos 1990, ocorreu em grande parte via privatizações e aquisição de empresas nacionais, e não por novos investimentos produtivos (greenfield). O IED chegou a responder por 1/4 (25%) da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no Brasil entre 2001 e 2002, em grande medida devido às privatizações[28]. Embora o fluxo de IED para o Brasil siga a tendência global, refletindo o excedente econômico mundial, a participação do país nos fluxos globais tem diminuído, indicando que o IED é largamente exógeno à dinâmica interna brasileira.

Já o Paraguai se caracteriza na penetração do capital estrangeiro que se manifesta tanto no controle de terras quanto na forte presença no setor financeiro. O Brasil é o principal investidor estrangeiro no Paraguai (US$ 395 milhões no triênio 2012–2014)[29]. Os investimentos brasileiros são atraídos pela grande rentabilidade no Paraguai, impulsionada pela mão de obra barata, a baixa pressão tributária, o baixo custo de energia e do valor da terra. O estoque de capital acumulado mais significativo, no entanto, é dos Estados Unidos, cerca de 866 milhões entre 2003 e 2014[30].

Estudos argumentam que a Venezuela apresenta um cenário singular de domínio financeiro em meio a um discurso político anti-imperialista, com uma presença bancária estrangeira pequena em termos de ativos totais, mas expressiva em capital próprio e endividamento. A participação da banca estrangeira nos ativos totais do sistema foi de 4,3% em 2000, caindo para 1,8% em 2007[31]. Apesar da baixa participação nos ativos, em 2006, oito bancos estrangeiros (principalmente espanhóis e norte-americanos) controlavam cerca de 33,3% do patrimônio líquido (capital próprio) de todo o sistema bancário venezuelano[32]. Isso demonstra que os lucros eram significativos. O capital estrangeiro (e nacional) lucrava com o rentismo financeiro, incluindo ganhos com títulos da dívida pública e arbitragem cambial. O indicador de abertura financeira da Venezuela era muito alto em 2000 (2.54), mas caiu drasticamente para -0.71 em 2006, sinalizando restrições ao movimento de capitais, isso se deu pela vitória da Fração Burocrática da burguesia venezuelana, que passou a trocar sua subserviência ao Imperialismo Norte Americano pelo Social-Imperialismo Chinês. O IED e o financiamento externo da Venezuela se reconfiguraram nos anos 2000, com a ascensão da China. A China tornou-se o maior

[28] CEPAL. Op. cit.
[29] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Como Exportar: Paraguai*. Brasília: MRE, 2016. (Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior, CEX: 243).
[30] Ibid.
[31] GALINDO, Arturo J.; IZQUIERDO, Alejandro; ROJAS-SUÁREZ, Liliana. Op. cit.
[32] CRUZ, Diego. Op. cit.

credor da Venezuela, fornecendo aproximadamente US$ 60 bilhões em crédito entre 2007 e 2016[33]. Esse montante constituiu quase metade de todo o financiamento chinês para a América Latina no período. Grande parte desse crédito foi lastreado em petróleo, estabelecendo um mecanismo de tutela sobre os fluxos de óleo da PDVSA e consolidando uma nova dependência financeira – um exemplo de novo imperialismo financeiro.

Autores mostram que Chile é notável por ter adotado uma estratégia de desenvolvimento nacional que fez do IED uma parte essencial, caracterizando-se por uma abertura precoce ao capital estrangeiro, iniciada sob a ditadura militar e consolidada após 1990. Os fluxos anuais de IED subiram de uma média de US$ 1,5 bilhão na primeira metade dos anos 90 (1990-1995) para cerca de US$ 5,5 bilhões por ano entre 1996 e 2000[34]. O setor de mineração concentrou 58% do IED total no subperíodo 1990–1995, mas perdeu proeminência relativa na segunda metade da década (24% do total 1990–2000), à medida que os serviços atraíram 64% dos fluxos (1996–2000)[35]. Mais recentemente, a mineração voltou a dominar, concentrando 45% dos fluxos no período 2009–2013[36]. Em 2012, o IED chileno atingiu um recorde histórico, com 49% do total direcionado ao setor mineiro[37]. Em suma, o Chile vem passando por um processo de pugna entre as frações da grande burguesia interna, onde a briga entre exportação de capital vem demonstrando uma forte competição entre a área produtiva (respectiva da fração burocrática) e a de serviços (respectiva da fração compradora).

Intelectuais apontam que a principal manifestação do papel do capital estrangeiro é a drenagem constante de riqueza dos países dependentes. As despesas de lucros e dividendos remetidos por empresas estrangeiras no Brasil subiram de US$ 11 bilhões em 2005, atingindo US$ 28,8 bilhões em 2008[38]. Esse constante fluxo de lucros e dividendos para as sedes das matrizes ilustra o "saque" imperialista, que drena excedentes gerados localmente para enriquecer as metrópoles. O capital financeiro, sendo o "soberano" da época imperialista, obtém superlucros. Nos países centrais, o rentista vive dos rendimentos provenientes do capital monetário. No Brasil, esse rentismo se manifesta pela remuneração generosa via títulos da dívida pública. A drenagem de capital ocorre mesmo quando o IED não representa um capital novo, como no caso de privatizações financiadas com recursos nacionais, com os lucros sendo remetidos em moeda estrangeira.

[33] UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. Could China Play a Role in Venezuela's Crisis? Washington, D.C.: USIP, 22 jul. 2021. Disponível em: https://www.usip.org/publications/2021/07/could-china-play-role-venezuelas-crisis. Acesso em: 05 out. 2025.
[34] BITTENCOURT, Gustavo. Op. cit. p. 13.
[35] Ibid. p. 14.
[36] Ibid. p. 4.
[37] Ibid. p. 35.
[38] CEPAL. Op. cit.

É argumentado que a exportação de capital é feita frequentemente por meio de empréstimos e títulos de dívida, que vêm com cláusulas vantajosas para o credor (o país exportador de capital). O Chile, por exemplo, recorreu ao mecanismo de conversão de dívida-capital no final dos anos 80, transformando endividamento externo em ativos internos em um contexto de elevada dívida. É comum que os empréstimos internacionais venham condicionados à compra de produtos do país credor (por exemplo, armamentos ou material ferroviário), o que serve para estimular a exportação de mercadorias do país que exporta o capital. A crise da dívida externa de 1982 gerou uma enorme drenagem de recursos para credores externos, com os países latino-americanos pagando US$ 108 bilhões em serviço da dívida entre 1982 e 1985[39]. Esse pagamento maciço ilustra a "ditadura dos credores": governos priorizaram honrar compromissos financeiros, muitas vezes às custas do investimento doméstico, consolidando o poder do capital financeiro internacional sobre as economias locais.

Autores demonstram que a dominação imperialista também se manifesta na esfera da circulação por meio da troca desigual. Sodré explica que a troca desigual é o processo pelo qual países desenvolvidos se apropriam de valor dos países subdesenvolvidos, vendendo produtos manufaturados a preços mais altos e comprando produtos agrícolas a preços mais baixos. Estudos recentes quantificaram que a América Latina perdeu cerca de US$ 5,9 trilhões (constantes de 2011) por troca desigual entre 1960 e 2017[40]. Mesmo quando os países mais avançados vendem seus produtos abaixo de seu valor, eles os vendem a países menos avançados a preços inferiores aos que estes poderiam produzir, fazendo com que o trabalho dos países avançados seja estimado como de peso específico mais alto, garantindo um superlucro. A exportação de capital consolida a dependência da América Latina, onde as economias, como a brasileira, são orientadas por um modelo que garante o fluxo de capital para o exterior, em detrimento do desenvolvimento autônomo e da soberania nacional.

2.3 A PARTILHA DA AMÉRICA LATINA ENTRE AS POTÊNCIAS

A partilha do mundo entre as potências constitui a quinta característica fundamental do imperialismo segundo Lenin, expressando-se na dominação territorial e econômica das nações. No contexto da América Latina entre 1980 e a atualidade, este fenômeno consolidou-se sob a égide do neoliberalismo e da financeirização, transformando os países em áreas de exploração sujeitas a uma dupla tutela: a hegemonia tradicional dos Estados Unidos e a ascensão da China como nova força social-imperialista.

[39] AMATO, João; SOUZA, Luís Fernando de. A grande crise da dívida latino-americana: uma década de ajustes assimétricos. Revista de Economia Política, v. 15, n. 3, p. 53-73, jul./set. 1995.
[40] HICKEL, Jason; SULLIVAN, Dylan; ZOOMKAWALA, Huzaifa. Op. cit.

Organizações democráticas apontam que o imperialismo contemporâneo manifesta-se na região pela subordinação estrutural aos monopólios estrangeiros e à política de conquistas que visa o controle de setores estratégicos, garantindo a drenagem de riqueza e a perpetuação da dependência semicolonial. A partilha não implica necessariamente a anexação territorial direta, mas sim a divisão de esferas de influência e a posse monopolista dos territórios econômicos e recursos.

Alguns estudos apontam que a década de 1980, marcada pela crise da dívida externa, inaugurou um período de profunda subordinação financeira que estabeleceu a América Latina como um campo de exploração do capital imperialista. O imperialismo dos Estados Unidos (EUA) tem se mantido como a superpotência hegemônica única, ditando a ordem econômica global por meio do domínio do dólar, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. A estabilidade interna da principal potência mundial está ligada, crescentemente, à drenagem de excedentes e recursos das economias periféricas, como as da América Latina. A liberalização financeira e as privatizações massivas após 1990 permitiram que grandes bancos globais, especialmente europeus, dominassem o setor financeiro nos países-chave da região.

Pesquisadores argumentam que a emergência da China como potência econômica reconfigurou a dinâmica de dominação imperialista na América Latina, introduzindo uma nova rivalidade pelo controle de recursos e mercados. O estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês na região chegou a US$ 115 bilhões em 2017[41]. Cerca de 80% do IED chinês foi destinado a mineração e hidrocarbonetos, reforçando o padrão primário-exportador da região[42]. Entre 2005 e 2017, 81% do total dos investimentos chineses concentraram-se no Brasil, Argentina e Peru[43]. A China forneceu cerca de US$ 141 bilhões em crédito à região na última década anterior a 2018, superando o Banco Mundial e o BID[44]. Esta expansão chinesa, embora vista por alguns como uma alternativa ao imperialismo ocidental, na prática, reproduz um padrão de dependência funcionalmente similar.

Lenin aponta que a partilha do mundo manifesta-se diretamente na competição por setores estratégicos e influência política, especialmente visível nos países em foco. A disputa geopolítica é clara na Venezuela, que possui as maiores reservas de petróleo. A China se estabeleceu como a principal credora, concedendo empréstimos lastreados em petróleo ("loans-for-oil") entre 2007 e 2016, garantindo o abastecimento para sua indústria. Isso exemplifica a dominação financeira e operacional

[41] ONU BRASIL. CEPAL vê alta do investimento chinês na América Latina e no Caribe em 2017. Brasília: ONU Brasil, 2017. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/79118-cepal-v%C3%AA-alta-do-investimento-chin%C3%AAs-na-am%C3%A9rica-latina-e-no-caribe-em-2017. Acesso em: 06 out. 2025.
[42] Ibid.
[43] Ibid.
[44] ASSOCIAÇÃO DE NOVA DEMOCRACIA – Nuevo Perú. O imperialismo hoje. Servir ao Povo, 27 ago. 2018. Disponível em: https://serviraopovo.com.br/2018/08/27/o-imperialismo-hoje-associacao-de-nova-democracia-nuevo-peru-2016/. Acesso em: 06 out. 2025.

da China sobre a produção petrolífera venezuelana. Já no Brasil a China impulsiona projetos de infraestrutura logística, como as ferrovias FIOL (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) e FICO (Ferrovia de Integração do Centro Oeste), com o objetivo de baratear o custo de importação das commodities brasileiras, principalmente soja e minérios[45]. Organizações argumentam que essa ação, em aliança com o grande capital agrário-exportador, reforça o papel do Brasil como fornecedor de matérias-primas e a condição de semicolonia. O Chile, como maior produtor mundial de cobre e detentor de minerais críticos para a transição energética, é um foco de intensa competição. A partilha de influência se manifesta na tentativa de empresas chinesas de controlar portos e infraestrutura e na disputa por tecnologias (como 5G). A Argentina, que sofreu perdas históricas de cerca de US$ 2,8 trilhões por troca desigual (1960–2017)[46], recebeu IED chinês significativo, concentrado no agronegócio exportador. A crise e o endividamento levaram o país a buscar o BRICS como plataforma para refinanciar dívidas e obter investimentos chineses em infraestrutura, expondo-se a um novo polo de dependência, o que será aprofundado posteriormente. Já no Paraguai a dominação é exercida tanto pelo capital brasileiro (que é o principal investidor estrangeiro) quanto por grandes grupos estrangeiros, com a expansão do agronegócio que ocupa terras e explora mão de obra barata. O Paraguai, com um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo (Gini 0,93), serve como área de exploração de commodities e como ponto de penetração para o capital imperialista externo via parcerias regionais.

Concluindo, pode-se observar que, longe de ser uma teoria “ultrapassada”, a tese sobre as características do imperialismo continuam sendo extensamente atuais, e servem ainda como forte ferramental de análise econômica e social da sociedade latino-americana como um todo.

3 CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DO CAPITALISMO BUROCRÁTICO LATINO-AMERICANO E SUAS CARACTERÍSTICAS

A América Latina, especialmente países como Brasil, Paraguai, Venezuela, Argentina e Chile, apresenta um padrão histórico de desenvolvimento marcado pelo que teóricos marxistas denominam capitalismo burocrático. Trata-se de um tipo de capitalismo dependente, engendrado sobre bases semifeudais internas e sob dominação semicolonial de potências estrangeiras. A partir da década de 1980 – auge das políticas neoliberais ditadas pelo FMI e Banco Mundial na região, as duas frações (Burguesia Burocrática e Burguesia Compradora) passaram a alternar hegemonia na condução dos

[45] A NOVA DEMOCRACIA. China e Luiz Inácio querem ‘rasgar’ o Brasil com ferrovias para impulsionar o agro, mas indígenas contestam projetos. A Nova Democracia, 20 jul. 2025. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/china-luiz-inacio-brasil-ferrovia-indigenas/. Acesso em: 06 out. 2025.
[46] HICKEL, Jason; SULLIVAN, Dylan; ZOOMKAWALA, Huzaifa. Op. cit.

Estados latino-americanos, sem que nenhuma delas rompesse com as estruturas arcaicas no campo ou com a dependência externa.

3.1 SEMIFEUDALIDADE E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO CAMPO LATINO-AMERICANO

Uma característica central do capitalismo burocrático latino-americano segundo Abimael Guzmán, é a preservação de relações semifeudais no campo, expressa no domínio do latifúndio. O termo semifeudalidade refere-se à existência de formas arcaicas de exploração agrária – trabalho precarizado, servidão por dívida, arrendamentos leoninos e outras relações de produção de origem colonial – subsistindo dentro do próprio capitalismo agrário moderno. No Brasil contemporâneo, por exemplo, ainda se encontram trabalhadores rurais em condições análogas à escravidão (categoria essa criada por intelectuais ideólogos da mistificação burguesa no campo, com serventia a um mascaramento da semifeudalidade). Casos recentes revelaram camponeses submetidos ao *"regime de barracão"*, no qual famílias inteiras trabalham para o proprietário para saldar dívidas impagáveis contraídas em armazéns do fazendeiro[47]. Tais relações de servidão por dívidas – ilegais porém recorrentes – exemplificam os *vínculos semifeudais* presentes no latifúndio. Essas práticas foram denunciadas em diversos estados brasileiros até 2023, indicando que, apesar da modernização do agronegócio, a base do latifúndio capitalista segue sendo a semifeudalidade. Em outras palavras, os recordes de produção e lucro do chamado *"*agronegócio*"* na região estão lastreados na superexploração do trabalho camponês, muitas vezes em condições degradantes.

É abordado que paralelamente, persiste uma enorme concentração da terra em poucos proprietários – traço típico do latifúndio desde os tempos coloniais. A América Latina ostenta a distribuição fundiária mais desigual do mundo, com um Índice de Gini médio de 0,79, muito superior ao de outras regiões[48]. Em termos práticos, 1% das grandes propriedades concentram mais de metade de todas as terras agrícolas da região, enquanto os 80% menores de proprietários ocupam menos de 13% das terras[49]. Essa disparidade extrema é confirmada por dados censitários: o Gini fundiário médio na América do Sul ronda 0,85, situando quase todos os países latino-americanos no patamar de concentração *"*extremamente alta*"* (Gini acima de 0,80)[50]. Entre os casos mais graves destacam-se

[47] A NOVA DEMOCRACIA. Semifeudalidade foi base da 'explosão do agro' no 1° semestre. A Nova Democracia, 7 jul. 2023. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/mais-80-camponeses-encontrados-condicoes-analogas-escravidao-uma-semana/. Acesso em: 06 out. 2025

[48] GUEREÑA, Arantxa. Unearthed: Land, Power and Inequality in Latin America. [S. l.]: Oxfam, nov. 2016. Disponível em: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachment. Acesso em: 06 out. 2025.

[49] Ibidem.

[50] Ibidem.

Paraguai e Chile, ambos com coeficientes de Gini em torno de 0,91–0,93, os mais altos do continente. Venezuela apresentava Gini de 0,88 no final dos anos 1990. e o Brasil em 0,87 em 2006 – mantendo-se entre os piores níveis de concentração fundiária do mundo. Mesmo a Argentina, país de economia diversificada, registrava Gini próximo de 0,83 no último censo agrário disponível[51]. Em síntese, nos cinco países focalizados (Brasil, Paraguai, Venezuela, Argentina e Chile) a propriedade da terra continua altamente oligopolizada.

Os autores denotam que vale notar que essa estrutura agrária concentrada permaneceu praticamente intacta nas últimas décadas. No Brasil, o próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reconheceu em 2010 "a persistência de uma estrutura fundiária fortemente concentradora" e uma "inércia nos índices de concentração fundiária como o Índice de Gini, que permaneceu praticamente intocado nos últimos vinte anos"[52]. Ou seja, entre meados dos anos 1980 e 2006-2008 não houve redução significativa na desigualdade fundiária brasileira, apesar de sucessivos governos anunciarem metas de "democratização" da terra. Isso indica que as tímidas políticas de reforma agrária ou assentamentos rurais promovidas pelo Estado foram insuficientes para alterar a estrutura latifundiária histórica. Situação similar verifica-se em outros países. No Paraguai, cerca de 2,5% dos proprietários detêm 85% das terras cultiváveis[53] – fazendo daquele país o campeão mundial de concentração agrária. Esse dado alarmante, levantado em 2016, reforça a continuidade de um padrão semifeudal: um punhado de famílias tradicionais (e investidores estrangeiros aliados) controla a imensa maioria das terras férteis, enquanto camponeses pobres carecem de terra ou ocupam minifúndios marginalizados. A título de comparação, o Paraguai supera até o Brasil nesse quesito, já que no Brasil cerca de 1% dos estabelecimentos agrícolas concentram em torno de 45% de toda área rural, e os 4% maiores ocupam aproximadamente 78% das terras, segundo dados do censo agropecuário de 2006. Em Chile, apesar das reformas agrárias parciais dos anos 1960-70, atualmente a concentração voltou a níveis extremos: o 1% maior dos estabelecimentos controla mais de 70% das terras agrícolas[54], Assim, a questão agrária pendente e nunca resolvida ressurgiu nas últimas décadas com *"*nova tendência para uma ainda maior concentração da terra*"*, impulsionada pela expansão do agronegócio de exportação o que demonstra a ineficácia das políticas de reforma agrária, já que, enquanto a propriedade da terra continuar sendo privada e os países semicoloniais continuarem tendo que enfrentar os grandes

[51] Ibidem.
[52] A NOVA DEMOCRACIA. Ipea confirma a "semifeudalidade" no Brasil. A Nova Democracia, 8 maio 2010. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/ipea-confirma-a-qsemifeudalidadeq-no-brasil/. Acesso em: 06 out. 2025.
[53] SEVERO, Leonardo Wexell. Desgoverno Cartes aprofunda submissão ao estrangeiro e alastra miséria no Paraguai. Brasil de Fato, 1 fev. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/desgoverno-cartes-aprofunda-submissao-ao-estrangeiro-e-alastra-miseria-no-paraguai. Acesso em: 06 out. 2025.
[54] GUEREÑA, Arantxa. Op. cit.

monopólios exteriores, a tendência continuará sendo a de concentração em grande propriedade (da terra inclusa) e destruição ou incapacidade de competição para a pequena propriedade.

Para os autores, importa frisar que essa concentração fundiária está associada não apenas à desigualdade interna, mas também à subordinação a interesses externos. A especialização imposta a países latino-americanos na produção de commodities agropecuárias e minerais para exportação – soja, carne, madeira, minérios, etc. – reforçou o latifúndio orientado ao mercado mundial. Por exemplo, no Paraguai 94% das terras cultivadas são destinadas à exportação[55] (soja, milho, carne), muitas sob controle de multinacionais e fazendeiros estrangeiros, sem tributação significativa. No Brasil, cultivos como soja, cana-de-açúcar e pecuária extensiva ocupam vastas áreas com alta tecnologia, porém gerando poucos empregos e expulsando populações camponesas. Esse modelo de *"*agronegócio*"* modernizado mantém a lógica do latifúndio: monoculturas extensivas, baixa utilização de mão de obra (devido à mecanização) e uso intensivo de agrotóxicos, aprofundando impactos socioambientais. Milhões de pequenos agricultores foram deslocados de suas terras, engrossando cinturões de miséria urbana ou migrando, enquanto conflitos agrários se multiplicam, envolvendo comunidades indígenas e camponesas em luta contra grileiros, latifundiários e corporações internacionais[56]. Em resumo, os autores demonstram que, a modernização conservadora da agricultura nos últimos 40 anos modernizou o latifúndio em termos tecnológicos e de integração ao mercado global, mas *não* aboliu seus traços semifeudais de concentração e exploração, pelo contrário – adaptou-os a uma nova fase de acumulação. Como já afirmava o intelectual Alberto Passos Guimarães em 1963,

> uma mudança democrática no campo importaria em acabar com o sistema de latifúndios, o que significava romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder […] da classe latifundiária[57]

Autores argumentam que, passadas várias décadas, a tarefa de eliminar o latifúndio e suas relações semifeudais permanece essencial para superar o atraso e a dependência externa da região.

[55] SEVERO, Leonardo Wexell. Op. cit.
[56] FRDDP – FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DO POVO. A luta dos povos na América Latina (2007, Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo – FRDDP). Servir ao Povo, 21 set. 2023. Disponível em: https://serviraopovo.com.br/2023/09/21/a-luta-dos-povos-na-america-latina-2007-frente-revolucionaria-de-defesa-dos-direitos-do-povo-frddp/. Acesso em: 07 out. 2025.
[57] GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. apud REDAÇÃO de A NOVA DEMOCRACIA. Ipea confirma a "semifeudalidade" no Brasil. A Nova Democracia, 8 maio 2010. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/ipea-confirma-a-qsemifeudalidadeq-no-brasil/. Acesso em: 06 out. 2025.

3.2 DOMINAÇÃO SEMICOLONIAL E DEPENDÊNCIA IMPERIALISTA

Sociólogos como Fausto Arruda abordam que outro pilar do capitalismo burocrático latino-americano é a dominação semicolonial exercida pelas potências imperialistas sobre as economias nacionais[58]. Apesar da independência política formal dos países, suas estruturas econômicas e decisões estratégicas têm sido fortemente condicionadas por interesses externos. Historicamente, os Estados Unidos desempenharam o papel hegemônico na região durante boa parte do século XX, respaldando elites locais e intervindo direta ou indiretamente para garantir a subordinação ao seu domínio. A partir dos anos 1980 – em meio à crise da dívida e à ofensiva neoliberal – essa tutela imperialista se intensificou via programas de ajuste estrutural. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial impuseram políticas de abertura comercial, desregulamentação e privatizações, prontamente implementadas por governos locais lacaios do imperialismo, principalmente do imperialismo ianque. Tais medidas – frequentemente adotadas à revelia do clamor popular – agravaram a vulnerabilidade externa e desencadearam protestos massivos em diversos países (p.ex., o *Caracazo* na Venezuela em 1989, o *Argentinazo* em 2001, etc.). No final dos anos 1980 e nos anos 1990, praticamente toda a América Latina viveu sob regimes ou políticas neoliberais alinhadas aos interesses do capital estrangeiro: empresas estatais estratégicas foram vendidas a multinacionais, mercados domésticos inundados por importações, e dívidas externas rigidamente servidas em detrimento do investimento social. Estudiosos observam que esse período consolidou a posição subordinada da região na ordem global – exportadora de commodities baratas, importadora de manufaturas e capitais – configurando o que se define como condição semicolonial. Ou seja, as nações latino-americanas, embora soberanas de jure, permanecem dependentes de potências estrangeiras de fato, seja via controle de setores-chave da economia por multinacionais, seja via mecanismos financeiros (endividamento externo, tutela de agências internacionais) ou mesmo presença militar indireta.

Em diversos estudos e ensaios observa-se que após o ano 2000, com a chamada “onda rosa” de governos ditos progressistas, houve-se tentativas de ampliar a margem de manobra dos países frente ao imperialismo tradicional (EUA/Europa). Governos como os de Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, entre outros, adotaram posturas mais assertivas: renegociaram dívidas, integraram mecanismos regionais autônomos (UNASUL, ALBA, etc.), expulsaram ou restringiram certas ingerências norte-americanas e nacionalizaram parcialmente recursos naturais. Entretanto, os autores chegam a conclusão que, tais iniciativas, embora significativas no discurso anti-imperialista, não romperam a dependência estrutural – em muitos casos, apenas redirecionaram as alianças para outras

[58] ARRUDA, Fausto. Op. cit.

potências emergentes, especialmente a China. De fato, nas duas últimas décadas a República Popular da China tornou-se um ator central na América Latina, suprindo financiamento, investimentos e demanda por commodities em larga escala. Países que entraram em choque político com os EUA buscaram na China um contrapeso econômico: é notório o caso da Venezuela, que "apostou o futuro econômico do país em uma China ascendente" a partir dos anos 2000, obtendo dezenas de bilhões de dólares em empréstimos atrelados ao petróleo. Esses créditos, garantidos por longos contratos de fornecimento de petróleo, endividaram o país com Beijing – em 2019 a dívida venezuelana com a China ainda beirava US$ 19 bilhões, a ser paga em petróleo[59]. Ou seja, Caracas efetivamente trocou a dependência dos bancos ocidentais pela dependência do crédito chinês e do mercado petrolífero asiático.

Os autores apontam que situação semelhante, ainda que em escala menor, ocorre com outras economias sul-americanas. O Brasil, durante os governos pseudo-desenvolvimentistas do PT, estreitou laços com a China a ponto de esta se tornar o principal parceiro comercial do Brasil a partir de 2009[60]. Dados mostram que a demanda chinesa por minério de ferro, soja, petróleo e carne impulsionou o crescimento brasileiro nos anos 2000, mas também reforçou seu perfil de exportador de produtos primários de baixo valor agregado. Além disso, a China investiu diretamente em infraestrutura e energia no Brasil: até 2018, estimava-se que US$ 29,8 bilhões em financiamentos chineses haviam ingressado no país[61] – superando inclusive os empréstimos de organismos multilaterais tradicionais. Na Argentina, a China igualmente tornou-se o maior comprador da soja e firmou acordos bilionários de investimento (em 2018, Maurício Macri assinou 30 acordos avaliados em US$ 5 bilhões com Xi Jinping)[62]. A dependência argentina de capitais externos persistiu: mesmo após a moratória de 2001 e a renegociação da dívida, o país alternou entre empréstimos ocidentais (sob Macri, via FMI) e investimentos chineses (sob os Kirchner e agora novamente). Até o Chile, historicamente aliado aos EUA, hoje tem a China como principal destino de suas exportações de cobre e frutas – uma ligação que, se por um lado garante mercado, por outro aumenta a exposição a oscilações da demanda chinesa.

Em síntese, os autores chegam a conclusão que nenhuma das experiências políticas recentes que buscaram afirmar maior autonomia latino-americana logrou superar a condição semicolonial. Os governos nacional-desenvolvimentistas do início do século XXI diversificaram as parcerias internacionais e fortaleceram empresas estatais em setores-chave (como petróleo, energia ou defesa),

[59] JENNER, Frances. *Where China is most heavily investing in Latin America*. Latin America Reports, 15 maio 2019. Disponível em: https://latinamericareports.com/where-china-invest-latin-america/2064/. Acesso em: 07 out. 2025.
[60] Ibidem.
[61] Ibidem.
[62] Ibidem.

mas não construíram uma independência econômica plena. Na visão dos atures, em muitos casos, substituiu-se um centro de dependência por outro: por exemplo, a Venezuela reduziu drasticamente sua vinculação ao mercado norte-americano de petróleo, mas atrelou-se financeiramente à China; o Equador de Correa rompeu com o FMI, porém comprometeu 90% de sua produção futura de petróleo em acordos com bancos chineses; o Brasil dos anos Lula pagou a dívida com o FMI, mas por outro lado abriu setores inteiros (mineração, elétrico) a investimentos da China e manteve elevada remessa de lucros de multinacionais ao exterior. Ademais, potências imperialistas como Rússia e China – embora políticas e ideologicamente distintas do Ocidente – atuam igualmente pelo prisma de seus interesses geoeconômicos. O suporte chinês a países latino-americanos não deixa de visar garantias de acesso a recursos naturais e mercados, criando novos laços de dependência financeira e tecnológica. Assim, o capitalismo burocrático latino-americano continua se desenvolvendo sob a sombra de potências estrangeiras. A primarização das economias (foco em commodities) e a vulnerabilidade ao capital internacional permanecem marcas registradas.

Os autores argumentam que é importante enfatizar que essa dominação externa é facilitada e internalizada pela ação conivente das classes dominantes locais – particularmente da burguesia compradora, fração diretamente ligada ao imperialismo. Em países dependentes, as frações da burguesia entretêm relações intrínsecas com o capital estrangeiro. As elites compradoras atuam como sócias menores de empresas multinacionais, intermediárias nas importações e exportações, e beneficiárias de políticas que privilegiam o mercado externo e o setor financeiro internacional. Já a burguesia burocrática, embora busque um espaço relativamente autônomo via o Estado, em última instância tampouco rompe a dependência – buscando apenas renegociá-la em termos mais favoráveis a seus próprios interesses nacionais. Dessa forma, os autores chegam a conclusão que, seja sob governos neoliberais pró-EUA, seja sob governos nacional-populares que flertam com potências alternativas, as economias latino-americanas seguem presa na teia do imperialismo. Essa realidade levou revolucionários a concluir que a libertação nacional está intimamente ligada à revolução agrária e social: somente destruindo tanto o poder semifeudal do latifúndio quanto o poder imperialista sobre as nações é que se poderia conquistar uma verdadeira soberania e desenvolvimento independente. Na visão dos autores, enquanto isso não ocorre, a região continua em posição subordinada, sujeita a ciclos de crise ditados de fora e à política semicolonial e latifundiária aplicada pelas velhas instituições e os governos de turno.

3.3 FRAÇÕES DA GRANDE BURGUESIA E CICLOS POLÍTICOS

A dinâmica política latino-americana, de 1980 até os dias atuais, segundo diversos autores e organizações, pode ser interpretada como uma disputa pela hegemonia no bloco de poder entre as duas frações da grande burguesia – a compradora e a burocrática – sob a égide do capitalismo burocrático. Cada fração, ao ascender temporariamente ao controle do Estado, implementa um projeto de desenvolvimento condizente com seus interesses, embora ambas preservem no essencial a ordem social semicolonial e latifundiária. Os governos neoliberais clássicos (décadas de 1980-90 e meados dos 2010) representaram a supremacia da burguesia compradora associada ao imperialismo, ao passo que os governos desenvolvimentistas ou "pós-neoliberais" (anos 2000 e início dos 2010, e alguns retornos recentes) expressaram a influência preponderante da burguesia burocrática interna.

Nos anos 1980, a crise da dívida e a ofensiva liberal minaram as experiências nacional-desenvolvimentistas anteriores e pavimentaram o caminho para a agenda neoliberal. Em países como Brasil (sob José Sarney, depois Collor e Fernando Henrique Cardoso), Argentina (sob Carlos Menem), Chile (já sob Pinochet e depois sob a Concertación que em grande medida manteve as reformas pró-mercado), Venezuela (governo de Carlos Andrés Pérez e sucessores do pacto de Punto Fijo) e Paraguai (após a ditadura Stroessner, com governos colorados alinhados), o receituário foi similar: privatizações em massa, abertura comercial irrestrita, desmonte de políticas industriais e retração do Estado. Essa orientação atendeu principalmente aos setores compradores, integrados às cadeias transnacionais e ao capital financeiro. As frações burocráticas – por exemplo, industriais voltados ao mercado interno, burocratas estatais e setores "nacionalistas" da burguesia – perderam espaço político nessa fase. A disputa entre frações, porém, não desapareceu, latente sob a superfície do "consenso" neoliberal. Pelo contrário, "a aplicação inflexível das políticas 'neoliberais' fez agravar a luta entre as frações burocrática e compradora da grande burguesia"[63] nos anos 1990, uma vez que os interesses das empresas voltadas ao mercado interno e das estatais chocavam-se com a supremacia do capital financeiro e importador. A combinação dessa luta intraelite com o profundo descontentamento popular abriu brechas para mudanças políticas no final dos anos 1990 e início dos 2000.

O advento de Hugo Chávez na Venezuela em 1999 simbolizou o início de uma nova conjuntura: forças políticas fora do espectro neoliberal tradicional chegaram ao poder por via eleitoral em vários países, propondo romper (ao menos parcialmente) com o modelo anterior. Segundo autores, esses governos – rotulados genericamente de esquerda ou centro-esquerda – na realidade representavam a volta temporária da fração burocrática da burguesia à hegemonia do bloco no poder, aliada a setores médios e ao apoio das massas. O chavismo, por exemplo, ao nacionalizar a PDVSA (petróleo) e investir

[63] FRDDP – FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DO POVO. Op. cit.

em programas sociais, fortaleceu uma nova *"boliburguesia"* local (empresários e militares ligados ao Estado) e reduziu a influência direta das oligarquias compradoras pró-EUA. No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) com Lula em 2003 marcou a implementação de um projeto neodesenvolvimentista: resgate do papel do Estado como indutor econômico, criação de campeões nacionais (grandes empresas nacionais apoiadas por crédito estatal), expansão do mercado interno via aumentos salariais e programas sociais (Bolsa Família, etc.). Essa política atendeu em grande medida aos interesses da burguesia burocrática brasileira, ou "burguesia interna" – setores industriais, empreiteiras, bancos públicos e parte do agronegócio associado ao Estado. Nos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010), observou-se uma mudança na hierarquia interna do poder burguês, com um "setor poderoso da grande burguesia interna" recuperando posição de destaque no bloco no poder[64]. Essa fração burocrática beneficiou-se de iniciativas como a política de conteúdo local na indústria, o crédito farto do BNDES a conglomerados nacionais (e às vezes a movimentos de fusão que criaram grupos "multilatinos"), além de obras públicas de infraestrutura que alimentaram grandes construtoras domésticas. Analogamente, na Argentina, os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) revigoraram o mercado interno com políticas de reindustrialização leve, controle cambial e ampliação do consumo popular, enfrentando os interesses da burguesia agrário-exportadora (como visto no conflito pela taxação das exportações de soja em 2008). Na Bolívia, Evo Morales nacionalizou hidrocarbonetos e incorporou sindicatos e camponeses ao Estado, empoderando elementos da burguesia estatal e das empresas mistas. Em todos esses casos, as elites tradicionais associadas ao neoliberalismo – banqueiros internacionais, importadores, latifundiários puramente exportadores e corporações estrangeiras – tiveram sua influência momentaneamente contida, enquanto a retórica governamental enfatizava soberania nacional, inclusão social e desenvolvimento autônomo.

Entretanto, ao contrário do que muitos esperavam, tais governos não empreenderam transformações estruturais profundas nas relações de classe ou de dependência conforme descrito por diversos intelectuais. Conforme análise da Frente Revolucionária do Brasil (FRDDP), com raras exceções de algumas reformas limitadas (reformas burguesas) feitas por Chávez ou Morales, "as mudanças anunciadas com estardalhaço por um ou outro destes governos, como revolucionárias, nacionalistas e populares, não passam de medidas cosméticas para o embelezamento do capitalismo burocrático reinante nos países do continente"[65]. Isso quer dizer que os elementos centrais do capitalismo burocrático – a propriedade concentrada da terra, o poder dos monopólios internos aliados ao Estado, e a dependência externa – permaneceram intocados. Diversos autores observam que,

[64] BOITO JR., A.. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. Revista de Sociologia e Política, n. 28, p. 57–73, jun. 2007.
[65] FRDDP – FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DO POVO. Op. cit.

governos desenvolvimentistas contentaram-se em promover políticas compensatórias (aumento do gasto social, programas de transferência de renda) e algum corporativismo (cooptação de movimentos sociais via institucionalização), sem enfrentar de frente as oligarquias fundiárias ou romper os laços com o imperialismo. No Brasil, por exemplo, durante os anos Lula o agronegócio latifundiário foi cooptado e incentivado – nunca combatido. Ao contrário, o governo orgulhou-se de recordes de safra e destinou volumes bilionários de crédito subsidiado ao grande produtor rural (o Plano Safra 2008/2009 ultrapassou R$ 100 bilhões, crescendo nos anos seguintes) e manteve intocado o modelo de exportação de commodities. A tão prometida reforma agrária transformadora não ocorreu: o número de famílias assentadas diminuiu após 2006 e nenhuma propriedade latifundiária de grande porte foi expropriada por iniciativa governamental, salvo casos pontuais de desapropriações para fins de assentamento que não afetaram os maiores grupos do agronegócio. Similarmente, os autores apontam que Lula não desafiou os interesses do capital financeiro: os bancos bateram sucessivos recordes de lucro durante seu governo, a taxa de juros real permaneceu entre as mais altas do mundo, e a política macroeconômica seguiu ortodoxa em muitos aspectos (superávits fiscais elevados, metas de inflação estritas). Em suma, na visão de diversos autores e organizações, a hegemonia temporária da burguesia burocrática resultou em um *neodesenvolvimentismo* conciliador, que buscou combinar crescimento econômico com redução moderada da pobreza, porém "mantendo no essencial toda a política 'neoliberal' herdada de seus antecessores e ditada pelas agências imperialistas"[66]. A exceção de algumas estatizações (no Brasil, reestatização parcial da Petrobras via aumento de participação estatal; na Argentina, reestatização da YPF e das aposentadorias privadas) e confrontos pontuais com setores oligárquicos (como o citado embate Kirchner vs. ruralistas), segundo alguns intelectuais e organizações, nenhum desses governos alterou as estruturas de poder de classe no campo ou na cidade.

Não surpreende, portanto, que tais projetos tenham encontrado limites e sofrido contraofensivas. A partir de 2013-2016, em meio a crises econômicas (queda dos preços de commodities, recessão doméstica) e escândalos políticos, a fração compradora e setores reacionários tradicionais retomaram a iniciativa em vários países. No Brasil, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 – articulado pelas forças mais conservadoras do Congresso e apoiado por entidades patronais e mídia hegemônica – representou a ruptura da aliança neodesenvolvimentista e o retorno de um governo francamente neoliberal (de Michel Temer, seguido pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018). Esse giro restaurador trouxe de volta a agenda pró-imperialista: Temer congelou gastos sociais por 20 anos e acelerou privatizações; Bolsonaro abriu ainda mais a economia e alinhou-se diplomaticamente aos EUA, adotando discurso anti-China (embora pragmaticamente tenha mantido o comércio com os

[66] Ibidem.

chineses). Na Argentina, a presidência de Mauricio Macri (2015-2019) reverteu políticas kirchneristas, cortando subsídios, endividando-se novamente com o FMI e liberalizando controles – políticas saudadas pelo grande capital transnacional, mas que culminaram em nova crise de dívida. No Chile, após governos de centro-esquerda moderados, Sebastián Piñera (2010-2014 e 2018-2022) representou o empresariado neoliberal tradicional, resistindo a reformas estruturais (como a mudança do sistema previdenciário privatizado herdado da era Pinochet). No Paraguai, após a breve experiência reformista de Fernando Lugo (2008-2012) – que tentou implementar programas sociais e esboçou uma tímida reforma agrária –, a velha oligarquia latifundiária e partidos de direita rapidamente recuperaram o controle via impeachment parlamentar em 2012, restabelecendo sem disfarces a *"política de privilégios ao grande capital – principalmente o estrangeiro"*[67] que caracteriza o país. Observa-se assim uma oscilação cíclica na visão de diversos intelectuais: quando governos ditos progressistas não rompem decisivamente com as estruturas de poder (o que de fato não ocorreu), a recomposição das forças conservadoras é questão de tempo, revertendo os avanços parciais. Essa dança de cadeiras evidencia a permanente pugna intra-burguesa. Cada fração busca utilizar o aparelho de Estado em benefício próprio: a fração compradora favorece financeirização, abertura e alinhamento automático ao imperialismo dominante; a fração burocrática promove intervenção estatal, proteção a indústrias nacionais e diversificação de parcerias externas. Mas nenhuma enfrenta radicalmente o latifúndio ou o imperialismo. Pros autores, ambas procuram gerir o velho Estado burocrático-latifundiário, como o denominam analistas marxistas, adaptando-o mas sem destruí-lo.

Um exemplo ilustrativo é a Venezuela. Sob Chávez e Maduro, a retórica anti-imperialista é forte e houve de fato uma reorientação geopolítica (parceria com China, Rússia, Irã). Internamente, constituiu-se uma burguesia burocrática civil-militar que controla setores da economia mediante o Estado (empresas mistas, importações estatais, setor financeiro público). No entanto, a economia permaneceu hiperdependente do petróleo e vulnerável a sanções e oscilações externas; a prometida diversificação produtiva não se concretizou. A concentração de terras na Venezuela foi levemente atenuada por programas como a Missão Zamora (distribuição de latifúndios ociosos a cooperativas camponesas), mas a própria Oxfam ainda listava o país entre os mais desiguais em 2016 (Gini 0,88)[68]. Em 2017, apenas cerca de 5 milhões de hectares haviam sido redistribuídos – uma fração modesta do território agrícola total – e grandes fazendeiros conservaram influência regional. Além disso, um segmento da nova elite chavista ("boliburgueses") apropriou-se de riquezas por meio de contratos estatais e arbitragem de dólares, muitas vezes em cumplicidade com capitais estrangeiros (por

[67] SEVERO, Leonardo Wexell. Op. cit.
[68] GUEREÑA, Arantxa. Op. cit.

exemplo, joint-ventures petrolíferas envolvendo corporações russas, chinesas ou ocidentais). Desse modo, segundo algumas organizações, mesmo um governo declarado socialista não rompeu a lógica do capitalismo burocrático; apenas alterou algumas peças e alinhamentos.

No conjunto da América Latina, a última década, na visão de diversos autores, expôs tanto os alcances quanto os limites das experiências desenvolvimentistas. País nenhum realizou a reforma agrária radical que eliminasse os latifúndios semifeudais (até porque, como mencionado no caso do chile, nenhuma reforma agrária pode acabar de vez com os entraves da concentração de terras permanentemente, não enquanto a propriedade da terra for privada e continuarem existindo os monopólios). País nenhum rompeu definitivamente com o imperialismo: ao contrário, quando pressionados, quase todos acabaram recorrendo a algum esteio externo – seja um empréstimo emergencial do FMI (como Argentina em 2018), seja um resgate financeiro chinês (como Venezuela pós-2014), ou apoio político dos EUA (como Brasil sob Bolsonaro). Essa realidade valida a tese de que o capitalismo burocrático em países semicoloniais é incapaz de solucionar as contradições básicas da nação. Ele gera ciclos de crescimento e crise, mas não supera o caráter dependente e atrasado da estrutura socioeconômica. Como afirmam ideólogos revolucionários, a "solução definitiva" demandaria uma ruptura estrutural: destruir "a semifeudalidade, o capitalismo burocrático e o imperialismo" por meio de uma revolução democrática e popular, abrindo caminho para outro tipo de desenvolvimento.

4 CONCLUSÃO

Ao longo de 1980 até 2025, a América Latina seguiu uma trilha de desenvolvimento marcada pela continuidade de estruturas arcaicas combinadas com elementos modernos – exatamente o que define o capitalismo burocrático em países dependentes. A análise dos casos de Brasil, Paraguai, Venezuela, Argentina e Chile evidencia que, apesar das variações político-ideológicas dos governos de turno, permaneceram intocados os fundamentos do atraso latino-americano: a concentração oligárquica da terra e da renda, a subordinação aos ditames de potências estrangeiras e a dominação de classes locais antidemocráticas e antipopulares (latifundiários, altos burgueses e financistas). Os governos neoliberais das décadas de 1980-90 aprofundaram o modelo agroexportador, reprimarizando economias e ampliando a dependência externa – o que, na análise de diversos autores, resultou em desigualdade crescente, desindustrialização e explosão de conflitos sociais. A reação sob governos progressistas nos anos 2000 trouxe esperança de mudanças, com redução da pobreza e maior soberania em certos aspectos; porém, na visão de diversos autores, essas administrações optaram por conciliar com as elites existentes em vez de confrontá-las. Conseguiram ganhos efêmeros (como melhorias em

indicadores sociais durante o boom das commodities), mas não removeram as "raízes semicoloniais de dependência e vínculos semifeudais" que emperram o desenvolvimento há séculos. Assim, quando os ventos econômicos se inverteram, as estruturas de poder reagiram e restabeleceram seus privilégios.

Em última instância, a tese do capitalismo burocrático como via de desenvolvimento na América Latina revela um padrão de modernização conservadora: avança-se economicamente em termos capitalistas (industrialização parcial, crescimento do PIB, integração global), porém mantendo boa parte das relações sociais pré-capitalistas no campo e a sujeição aos centros imperialistas. Tal via, na visão de muitos intelectuais, tem se mostrado incapaz de gerar um desenvolvimento pleno, autônomo e igualitário. Ao contrário, para estes autores, perpetua a dualidade de sociedades modernas com bolsões de arcaísmo, crescimento com concentração de riqueza e soberania formal com dependência real. Os dados apresentados – índices de Gini fundiário acima de 0,85, concentração de terras por uma elite de 1-2%, bilhões de dólares de dívida e investimento estrangeiro guiando decisões nacionais – corroboram empiricamente os conceitos qualitativos discutidos. Nem a fração compradora (com seu neoliberalismo), nem a fração burocrática (com seu nacional-desenvolvimentismo) mostraram-se dispostas ou capazes de levar adiante as tarefas históricas pendentes: a reforma agrária radical, a diversificação industrial independente e a ruptura com o imperialismo. Para os autores, enquanto essas tarefas não forem assumidas por um movimento verdadeiramente popular e revolucionário, a América Latina tende a permanecer no ciclo vicioso do capitalismo burocrático, oscilando entre ajustes neoliberais e tentativas reformistas, sem quebrar as correntes do latifúndio e da dependência. Em suma, a trajetória 1980-2025 ilustra magistralmente a validade da tese do capitalismo burocrático na região – um capitalismo tardio, associado, que desenvolve as forças produtivas sem destruir as amarras semifeudais e semicoloniais, condenando os países latino-americanos a um desenvolvimento desigual, limitado e continuamente conflitivo.

REFERÊNCIAS

AMATO, João; SOUZA, Luís Fernando de. A grande crise da dívida latino-americana: uma década de ajustes assimétricos. Revista de Economia Política, v. 15, n. 3, p. 53-73, jul./set. 1995.

A NOVA DEMOCRACIA. China e Luiz Inácio querem 'rasgar' o Brasil com ferrovias para impulsionar o agro, mas indígenas contestam projetos. A Nova Democracia, 20 jul. 2025. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/china-luiz-inacio-brasil-ferrovia-indigenas/. Acesso em: 06 out. 2025.

A NOVA DEMOCRACIA. Ipea confirma a "semifeudalidade" no Brasil. A Nova Democracia, 8 maio 2010. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/ipea-confirma-a-qsemifeudalidadeq-no-brasil/. Acesso em: 06 out. 2025.

A NOVA DEMOCRACIA. Semifeudalidade foi base da 'explosão do agro' no 1° semestre. A Nova Democracia, 7 jul. 2023. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/mais-80-camponeses-encontrados-condicoes-analogas-escravidao-uma-semana/. Acesso em: 06 out. 2025

A NOVA DEMOCRACIA. 17 de maio: Trinta anos de Guerra Popular no Peru. Rio de Janeiro: A Nova Democracia, 8 maio 2010. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/17-de-maio-trinta-anos-de-guerra-popular-no-peru/. Acesso em: 04 out. 2025.

ARRUDA, Fausto. Getúlio ou a consolidação do capitalismo burocrático no Brasil (Parte I-VI). A Nova Democracia, jul./out. 2015. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/getulio-ou-a-consolidacao-do-capitalismo-burocratico/. Acesso em: 05 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE NOVA DEMOCRACIA – Nuevo Perú. O imperialismo hoje. Servir ao Povo, 27 ago. 2018. Disponível em: https://serviraopovo.com.br/2018/08/27/o-imperialismo-hoje-associacao-de-nova-democracia-nuevo-peru-2016/. Acesso em: 06 out. 2025.

BARTH, James; PHUMIWASANA, Triphon; YAGO, Glenn. The Foreign Conquest of Latin American Banking: What's Happening and Why? Stanford: Working Paper No. 171, julho 2003. Disponível em: https://kingcenter.stanford.edu/sites/g/files/sbiybj16611/files/media/file/171wp_0.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

BITTENCOURT, Gustavo. Políticas hacia el capital extranjero en América Latina 1990-2014. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, Udelar, 2016. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12008/8429. Acesso em: 05 out. 2025.

BOITO JR., A.. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. Revista de Sociologia e Política, n. 28, p. 57–73, jun. 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Como Exportar: Paraguai. Brasília: MRE, 2016. (Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior, CEX: 243).

CARVALHO, Carlos Eduardo; VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. Nova Economia, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 395-425, 2009. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/492. Acesso em: 05 out. 2025.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos. Santiago do Chile: CEPAL, 2024. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44325/1/S1800255_pt.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

CLARK, Timothy David. Rethinking Chile's 'Chicago Boys': neoliberal technocrats or revolutionary vanguard? Third World Quarterly, v. 38, n. 6, p. 1-16, 2017.

CRUZ, Diego. Venezuela: um modelo socialista que fortalece o capital financeiro? PSTU, 28 set. 2006. Disponível em: https://www.pstu.org.br/venezuela-um-modelo-socialista-que-fortalece-o-capital-financeiro/. Acesso em: 05 out. 2025.

FRDDP – FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DO POVO. A luta dos povos na América Latina (2007, Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo – FRDDP). Servir ao Povo, 21 set. 2023. Disponível em: https://serviraopovo.com.br/2023/09/21/a-luta-dos-povos-na-america-latina-2007-frente-revolucionaria-de-defesa-dos-direitos-do-povo-frddp/. Acesso em: 07 out. 2025.

GALINDO, Arturo J.; IZQUIERDO, Alejandro; ROJAS-SUÁREZ, Liliana. Financial Integration and Foreign Banks in Latin America: How Do They Impact the Transmission of External Financial Shocks? Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2010. (IDB Working Paper Series, n. 116). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259333991_Financial_Integration_and_Foreign_Banks_in_Latin_America_How_do_They_Impact_the_Transmission_of_External_Financial_Shocks. Acesso em: 05 out. 2025.

GUEREÑA, Arantxa. Unearthed: Land, Power and Inequality in Latin America. [S. l.]: Oxfam, nov. 2016. Disponível em: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachment. Acesso em: 06 out. 2025.

HICKEL, Jason; SULLIVAN, Dylan; ZOOMKAWALA, Huzaifa. Plunder in the Post-Colonial Era: Quantifying Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1960–2018. New Political Economy, v. 26, n. 6, p. 1030-1047, 2021.

HUMANI PUMACAHUA, David. El capitalismo burocrático: hacia una morfología del atrasado. Bubok, 2010.

ILAESE – Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. Anuário da classe trabalhadora 2021. São Paulo: ILAESE, 2021. Disponível em: https://ilaese.org.br. Acesso em: 05 out. 2025.

JENNER, Frances. Where China is most heavily investing in Latin America. Latin America Reports, 15 maio 2019. Disponível em: https://latinamericareports.com/where-china-invest-latin-america/2064/. Acesso em: 07 out. 2025.

LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAO, Tsé-Tung. Sobre a Democracia Nova. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/democracia.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

MONTORO, Franco. Uma visão global da dívida externa da América Latina: aspectos financeiro, social, ético, jurídico e político. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 27, n. 105, p. 5-18, jan./mar. 1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/175761/000448935.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 out. 2025.

MOVIMENTO POPULAR PERU (Comitê de Reorganização). Como o marxismo-leninismo-maoismo compreende o capitalismo burocrático. Servir ao Povo, 25 fev. 2020. Disponível em: https://serviraopovo.com.br/2020/02/25/como-o-marxismo-leninismo-maoismo-compreende-o-capitalismo-burocratico/. Acesso em: 05 out. 2025.

ONU BRASIL. CEPAL vê alta do investimento chinês na América Latina e no Caribe em 2017. Brasília: ONU Brasil, 2017. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/79118-cepal-v%C3%AA-alta-do-investimento-chin%C3%AAs-na-am%C3%A9rica-latina-e-no-caribe-em-2017. Acesso em: 06 out. 2025.

PLOTINSKY, Daniel. Una década difícil. Los años 90 y los bancos cooperativos. Centro Cultural de la Cooperación, 14 abr. 2015. Disponível em: https://www.centrocultural.coop/blogs/cooperativismo/2017/07/09/una-decada-dificil-los-anos-90-y-los-bancos-cooperativos. Acesso em: 05 out. 2025.

RIPPEL, Leomar; NUNES, Sidemar Presotto (orgs.). Imperialismo e questão agrária. Curitiba: Editora Habitus, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Descolonizar: abrindo a história do presente. (Coedição Autêntica / Boitempo), 1. ed., 2022.

SEVERO, Leonardo Wexell. Desgoverno Cartes aprofunda submissão ao estrangeiro e alastra miséria no Paraguai. Brasil de Fato, 1 fev. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/desgoverno-cartes-aprofunda-submissao-ao-estrangeiro-e-alastra-miseria-no-paraguai. Acesso em: 06 out. 2025.

SODRÉ, Nelson Werneck. A farsa do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Graphia, 1. ed, 1995.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. Could China Play a Role in Venezuela's Crisis? Washington, D.C.: USIP, 22 jul. 2021. Disponível em: https://www.usip.org/publications/2021/07/could-china-play-role-venezuelas-crisis. Acesso em: 05 out. 2025.

USP. Neoliberalismo. Portal Latinoamericano, Universidade de São Paulo, [s. d.]. Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-neoliberalismo. Acesso em: 05 out. 2025

ZANCHETTA, Carlos. Sponsored Terrorism: The United States and “Operation Condor”. Documento disponibilizado em arquivo PDF da Colby College, [s. l.], 2017. Disponível em: https://web.colby.edu/intothearchive/files/2017/12/Zanchetta.pdf. Acesso em: 05 out. 2025